

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*
BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Director*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Director*FERNANDO PEDREIRA — *Redactor Chefe*MARCOS SÁ CORREIA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Preço a Pagar

Mais algumas semanas e a nação afinal saberá se terá de conviver com o atual governo até março de 1989 — como prometeram solenemente Tancredo Neves e, depois, o próprio José Sarney — ou até março de 1990, como agora pretende, sempre aconselhado pelos áulicos que inevitavelmente circundam o poder, o homem que os caprichos do destino colocaram no Palácio do Planalto. Só bem mais tarde, contudo, será possível avaliar a extensão dos danos causados ao país pela ação dos que resolveram conseguir, a qualquer preço, cinco anos de duração para o mandato do presidente José Sarney. O que já se sabe é que tais danos não serão poucos, nem pequenos.

Empenhado na perseguição aos cinco anos — hoje o item número 1 na pauta das prioridades federais —, o governo aparentemente decidiu que nenhum preço a pagar será demasiado alto, até porque a conta, como sempre, acabará rateada entre os indefesos contribuintes. Concessões de emissoras de rádio e TV, empregos públicos, loteamentos no primeiro, segundo e terceiro escalões da administração, verbas ministeriais, espaços em transmissões via Embratel — tudo tem servido para ampliar o rebanho dos constituintes dispostos a prolongar até 1990 a sobrevida dos inquilinos do Palácio do Planalto. As conseqüências contábeis desses favores serão certamente elevadas. Já as conseqüências de tantas e tão rudes agressões à ética, num país cuja tessitura moral vem sendo há anos roída pelas traças federais, essas não são sequer mensuráveis.

Negociar com comerciantes desse calibre é sempre perigoso: insaciáveis, eles haverão de seguir pleiteando favores e privilégios, brandindo permanentemente a ameaça da ruptura caso não sejam atendidos. Como nem mesmo um governo capaz de sonhar com a fusão, em terras tropicais, da inflação suíça com o desenvolvimento japonês dispõe de sacos sem fundo, esse bazar montado em Brasília pode fechar por falta de estoques. Essa é a primeira armadilha que espreita os estrategistas dos cinco anos. A segunda se oculta na possibilidade de chegar aos seus ouvidos — antes que os mercadores da Constituinte paguem com seu voto pelos cinco anos os favores recebidos — o clamor nacional por eleições presidenciais diretas em 1988. Mesmo ouvidos de mercador podem mostrar-se sensíveis a esse tipo de ruído.

A conjugação dessas duas armadilhas, por sinal, sucumbiu em 1984 o deputado Paulo Maluf, então candidato à Presidência da República. Maluf imaginou que, distribuindo prendas e favores, acabaria alçado ao poder pelos amigos que julgara ter feito no Colégio Eleitoral. Depois de protagonizar episódios que, por demasiado chocantes, dele afastaram os que o apoiavam atraídos por suas virtudes, o deputado Paulo Maluf viu-se transformado numa espécie de inimigo público número 1. Diante das evidências de que apoiar tal candidato seria enfrentar a nado uma fortíssima correnteza popular, amigos aparentes do deputado paulista preferiram buscar a praia mais próxima embarcados no transatlântico de Tancredo Neves.

Para sorte dos defensores do mandato de cinco anos, falta alguém capaz de encarnar, como ocorreu com Tancredo em 1984, as aspirações nacionais. Mas o presidente José Sarney, graças sobretudo à desfaçatez com que vêm agindo os áulicos do Planalto, vai-se transformando — como aconteceu com Paulo Maluf — numa negativa unanimidade nacional. Ainda a lembrar 1984, espria-se por todo o país a aguda insatisfação que na última campanha presidencial, vocalizada em imensos comícios, acordou mesmo alguns políticos especialmente teimosos para os abalos que suas carreiras sofreriam, caso se mantivessem surdos à voz da nação. As sombras que permeiam o grave quadro político nacional surgem com nitidez

aos olhos dos habitantes do Brasil real. Mas não parecem suficientemente escuras para inquietar certos habitantes da Ilha da Fantasia, a que vai sendo reduzida Brasília.

Nessa Ilha da Fantasia, imagina-se que o governo Sarney está começando agora, enfim alforriado das amarras partidárias e livre da tutela do deputado Ulysses Guimarães. No Brasil real, o que se vê é um governo em final de mandato. Dure um ano mais ou dure dois, trata-se de um caso, coerentemente marcado pela inépcia e pelos mesmos vícios, pecados e deformações que acompanham a atual gestão federal, desde o seu parto tumultuado. Os casos de corrupção se multiplicam e os autores das negociatas permanecem impunes. O Planalto gasta o que não tem, e gasta irresponsavelmente. Não há um projeto político (nem poderia haver, na medida em que o atual governo foi eleito exclusivamente para concluir o processo de transição). E a política econômica — cujos ziguezagues já produziram quatro ministros da Fazenda e três do Planejamento, além de meia dúzia de planos — vai afundando o Brasil na maior inflação de sua história.

Além dos panglossianos incuráveis, só homens dispostos a recitar qualquer papel, para preservarem bons empregos no governo, podem simular otimismo. Por não se enquadrar nessas categorias, o ministro Mailson da Nóbrega, por exemplo, admite com realismo que os índices inflacionários permanecerão na estratosfera por mais alguns meses. Também para evitar colisões com o cenário cor-de-rosa pintado por alguns colegas de ministério, o novo titular da Fazenda vaticina que, mais tarde, a inflação será "estabilizada". Como Mailson da Nóbrega condiciona esse prognóstico ao cumprimento do orçamento da União — e como até as pedras sabem que esse sonho acabará dinamitado pelos esbanjadores de plantão —, é compreensível que um número crescente de brasileiros desconfie de que o governo José Sarney poderá entrar para a História ostentando, entre outros títulos nada invejáveis, o de consolidador da hiperinflação.

Diante desse pálio de horrores, seria difícil (mesmo com os pesados métodos de persuasão atualmente empregados) evitar a convocação de eleições diretas em novembro deste ano, se o governo não tivesse a ajudá-lo o oportunismo do PMDB e a vocação servil de ponderável parcela do empresariado. O PMDB sofre hoje de pavor das urnas — uma doença que costuma devastar a musculatura dos partidos, como ocorreu no caso da velha Arena — e está convencido de que, quanto menos eleições tivermos, melhor. Pode acabar constatando que, ao contribuir para a dilatação do mandato presidencial, acabou multiplicando por dois o tamanho do desastre. Já os empresários seguem fiéis à tática de lamuriar-se em particular e elogiar em público. Basta organizar-se um banquete em homenagem a algum novo ministro para que certas estrelas da iniciativa privada prontamente se transfiram do Brasil real para a Ilha da Fantasia.

Apesar de tudo, é possível que a Constituinte se vergue ao peso do Estado e conceda ao presidente um mandato de cinco anos. Nesse caso, todos perderão. Perderão os brasileiros porque, uma vez mais, terão sido traídas suas esperanças. Perderá a Constituinte, porque não se resgata a honra assassinada. E perderá também, apesar do triunfo aparente, o próprio presidente José Sarney. Ele teve a chance de ser lembrado como o homem que concluiu o processo de transição e legou a seu sucessor um quadro econômico menos dramático. A continuar pela trilha que escolheu, pode terminar impedido de presidir a própria sucessão. Nos palanques, todos os candidatos, aí incluídos os que agora lhe juram amizade, estarão gritando a condenação de um governo que, como no verso de Manuel Bandeira, poderia ter sido e que não foi.